

48 P

231



**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

AGRAVO Nº 108584-5/01 -- RECIFE -- PE  
 AUTOR: CAIXA SEGURADORA S/A  
 ADVOGADO: GUILHERME BRAGA GOMES DOS SANTOS  
 RÉUS: ELIZABETH DA SILVEIRA E OUTROS  
 ADVOGADO: MANOEL ANTÔNIO BRUNO NETO  
 RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
 SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU A CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO REQUERIDO. RECURSO DE AGRAVO. PRELIMINARES REJEITADAS. RECURSO NEGADO.

**DECISÃO:** "POR UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. POR UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DA PARTE. MÉRITO: POR UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA."

**DATA DO JULGAMENTO:** 02 de dezembro de 2009.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo nº 108584-5/01, em que figuram como autor, CAIXA SEGURADORA S/A e como réus, ELIZABETH DA SILVEIRA E OUTROS, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça Estadual. Por unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar de ilegitimidade da parte. Mérito: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto da Turma. Tudo de acordo com o relatório e voto escritos anexos que integram o presente aresto.

Recife, 07 de dezembro de 2009.

*Des. Adalberto de Oliveira Melo*  
 DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
 RELATOR



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

RECURSO DE AGRAVO Nº 0108584-5/01- RECIFE - PE  
AGRAVANTE: CAIXA SEGURADORA S/A  
ADVOGADO: GUILHERME BRAGA GOMES DOS SANTOS  
AGRAVADOS: ELIZABETH DA SILVEIRA E OUTROS  
ADVOGADO: MANUEL ÂNTONIO BRUNO NETO  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO E VOTO

CAIXA SEGURADORA S/A interpôs o presente Recurso de Agravo contra decisão desta relatoria que negou efeito suspensivo à decisão recorrida no Agravo de Instrumento nº 108584-5, considerando que nas disposições constantes no CPC inexistente vedação para recorribilidade imediata da decisão.

Requer que os autos sejam conhecidos e que seja dado ao mesmo regular processamento nos termos do CPC, exercendo juízo de retratação quanto à decisão recorrida e concedendo o efeito suspensivo requerido.

Não havendo retratação, requer que o presente feito seja apresentado em mesa, que lhe seja dado provimento para reformar a decisão deste relator.

Ao final, caso não seja o presente agravo admitido, que seja recebido como pedido de reconsideração (Art. 527, do CPC).

É o relatório.

80 P.

233

### VOTO

seguir:

Adoto como fundamento do meu voto a decisão interlocutória a

#### "DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Trata-se de Agravo de Instrumento, interposto pela CAIXA SEGURADORA S/A face à decisão do Juiz da 26ª Vara Cível da Capital, que saneou o processo e deferiu a antecipação de tutela, nos autos da Ação de Indenização nº 001.2002.042829-5, onde os autores ELIZABETH DA SILVEIRA E OUTROS, ora agravados pleitearam o recebimento de indenização securitária e a concessão de tutela em razão do sinistro ocorrido em seus imóveis, objeto do financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no qual a parte agravante figura como seguradora do contrato.

O inconformismo da parte agravante reside na impossibilidade de arcar com as despesas indenizatórias sob o argumento de que não tem responsabilidade sobre os danos sofridos pelos autores. Em preliminar alega a incompetência da Justiça Estadual para o processamento da ação bem como a necessidade de intervenção no feito da Caixa Econômica Federal e da União Federal. Ainda em preliminar, suscita a ilegitimidade ativa *ad causam* dos autores/agravados, em geral, para pleitear o recebimento das verbas oriundas dos contratos de seguro; a ilegitimidade ativa dos autores/agravados que nunca firmaram contrato com a agravante; e a ilegitimidade ativa dos autores/agravados que já quitaram o contrato de

51 P

234

financiamento, e por consequência não mais possui contrato de seguro com a agravante.

Alega a inexistência dos requisitos autorizadores da tutela antecipada. Requer ainda que seja concedido efeito suspensivo, *inaudita altera pars*, nos termos do art. 558, do CPC e, ao final, seja dado provimento ao recurso para que seja reformada a decisão recorrida.

DECIDO.

#### DA COMPETÊNCIA

Quanto ao deslocamento da competência para Justiça Federal o STJ tem entendido que não há interesse jurídico da CEF em causas dessa natureza uma vez que a demanda não compromete o Fundo de Compensação de Variação Salarial de modo a autorizar o seu deslocamento, cito o precedente, *in verbis*:

"EMENTA: RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO EM QUE SE CONTROVERTE A RESPEITO DO CONTRATO DE SEGURO ADJECTO A MUTUO HIPOTECARIO. LITISCONSÓRCIO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/CEF E CAIXA SEGURADORA S/A. INVIABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. LEI N. 11.672/2008. RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO. 1. Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, não comprometer recursos do SFH e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento. 2. Julgamento afetado à 2ª. Seção com base no Procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução/STJ n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos). 3. Recursos especiais conhecidos em parte e, nessa extensão, não providos. (Resp nº 1091393/SC, Relator

M

52/3

235

Convocado MIN Carlos Fernando Mathias, jul. 11.03.2009, Segunda Seção, STJ)"

DA CARÊNCIA DE AÇÃO POR ILEGITIMIDADE

DAS PARTES:

Não seria o caso de extinção do processo por carência de ação, uma vez que os autores fizeram prova de propriedade ou aquisição dos imóveis, uns já quitados, outros adquiridos através de repasses, fatos estes que não lhes tira a legitimidade para a causa. É inclusive, é entendimento jurisprudencial que a existência de contratos de gaveta, transfere os direitos adquiridos pelos mutuários anteriores, conforme demonstra o seguinte precedente:

"EMENTA:PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL INTERPRETAÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. FCVS. CESSÃO DE OBRIGAÇÕES E DIREITOS. "CONTRATO DE GAVETA". TRANSFERÊNCIA DE FINANCIAMENTO. AUSÊNCIA DE CONCORDÂNCIA DA MUTUANTE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ.1. Ação ordinária ajuizada por cessionário, em face do agente financeiro, objetivando a revisão de cláusula contratual e de débito, referente a contrato de financiamento imobiliário com cobertura pelo FCVS. 2. A retensão de exame de dispositivo constitucional é inviável em sede de recurso especial, uma vez que a competência traçada para este Tribunal restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional (Precedentes: REsp n.º 705.744/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJU de 05/12/2005; e REsp n.º 686.724/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 03/10/2005). 3. A Lei n.º 8.004/90 estabelece como requisito para a alienação a interveniência do credor hipotecário e a assunção, pelo novo adquirente, do saldo devedor existente na data da venda. 4. Nada obstante, a Lei nº 10.150/2000 prevê a possibilidade de regularização das transferências efetuadas sem a anuência da instituição financeira até 25/10/96, à exceção daquelas que envolvam contratos

enquadrados nos planos de reajustamento definidos pela Lei n.º 8.692/93, o que revela a intenção do legislador de possibilitar a regularização dos cognominados "contratos de gaveta", originários da celeridade do comércio imobiliário e da negativa do agente financeiro em aceitar transferências de titularidade do mútuo sem renegociar o saldo devedor. 5. Deveras, consoante cediço, o princípio *pacta sunt servanda*, a força obrigatória dos contratos, porquanto sustentáculo do postulado da segurança jurídica, é princípio mitigado, posto sua aplicação prática estar condicionada a outros fatores, como, por v.g., a função social, as regras que beneficiam o aderente nos contratos de adesão e a onerosidade excessiva. 6. O Código Civil de 1916, de feição individualista, privilegiava a autonomia da vontade e o princípio da força obrigatória dos vínculos. Por seu turno, o Código Civil de 2002 inverteu os valores e sobrepôs o social em face do individual. Desta sorte, por força do Código de 1916, prevalecia o elemento subjetivo, o que obrigava o juiz a identificar a intenção das partes para interpretar o contrato. Hodiernamente, prevalece na interpretação o elemento objetivo, vale dizer, o contrato deve ser interpretado segundo os padrões socialmente reconhecíveis para aquela modalidade de negócio. 7. Sob esse enfoque, o art. 1.475 do diploma civil vigente considera nula a cláusula que veda a alienação do imóvel hipotecado, admitindo, entretanto, que a referida transmissão importe no vencimento antecipado da dívida. Dispensa-se, assim, a anuência do credor para alienação do imóvel hipotecado em enunciação explícita de um princípio fundamental dos direitos reais. 8. Deveras, jamais houve vedação de alienação do imóvel hipotecado, ou gravado com qualquer outra garantia real, porquanto função da seqüela, o titular do direito real tem o direito de seguir o imóvel em poder de quem quer que o detenha, podendo excuti-lo mesmo que tenha sido transferido para o patrimônio de outrem distinto da pessoa do devedor. 9. Dessarte, referida regra não alcança as hipotecas vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação – SFH, posto que para esse fim há lei especial – Lei nº 8.004/90 –, a qual não veda a alienação, mas apenas estabelece como requisito a interveniência do credor hipotecário e a assunção, pelo novo adquirente, do saldo devedor existente na data da venda, em sintonia com a regra do art. 303, do Código Civil de 2002. 10. Com efeito associada à questão da dispensa de anuência do credor hipotecário está a notificação dirigida ao credor, relativamente à alienação do imóvel hipotecado e à assunção da respectiva dívida pelo novo titular do imóvel. A matéria está regulada nos arts. 299 a 303 do Novo Código Civil – da assunção de dívida –, dispondo o

54 B

237

art. 303 que "o adquirente do imóvel hipotecado pode tornar a seu cargo o pagamento do crédito garantido; se o credor, notificado, não impugnar em 30 (trinta) dias a transferência do débito, entender-se-á dado o assentimento." 11. Ad argumentadum tantum, a Lei n.º 10.150/2000 permite a regularização da transferência imóvel, além de a aceitação dos pagamentos por parte da Caixa Econômica Federal revelar verdadeira aceitação tácita. Precedentes: EDcl no REsp n.º 573.059/RS, desta relatoria, DJU de 30/05/2005 e REsp n.º 189.350/SP, Rel. Min. César Asfor Rocha, DJU de 14/10/2002). 12. Consectariamente, o cessionário de imóvel financiado pelo SFH é parte legítima para discutir e demandar em juízo questões pertinentes às obrigações assumidas e aos direitos adquiridos através dos cognominados "contratos de gaveta", porquanto com o advento da Lei n.º 10.150/2000, o mesmo teve reconhecido o direito à sub-rogação dos direitos e obrigações do contrato primitivo (Resp n.º 705.231/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 16/05/2005; e Resp n.º 753.098/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU de 03/10/2005) 13. Recurso especial desprovido. (Resp n.º 627424/PR, Relator MIN Luiz Fux, jul. 06/03/2007, 1ª Turma, STJ)"

Passo a analisar os requisitos autorizadores da tutela antecipada:

Compulsando os autos verifico a possibilidade de dano irreparável e de difícil reparação em face da ameaça de desmoração do prédio objeto do seguro. Ademais, os autores, ora agravados, estão sob risco, tornando indispensável que se afastem das unidades que lhes pertencem no prédio em questão.

A prova inequívoca bem como a verossimilhança das alegações residem no fato da existência de farta documentação comprovando as alegações dos autores.

Em assim sendo e considerando a presença dos requisitos autorizadores da tutela antecipada, **NEGO EFEITO SUSPENSIVO** à decisão recorrida, posto que a agravante não demonstrou a incidência de hipótese tratada pelo art. 558, do Código de Processo Civil.

238  
SSP

Intime-se a parte agravada para no prazo legal  
apresentar contra-razões.

Publique-se.

Recife, 25 de novembro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo

Desembargador Relator"

No meu entendimento, portanto, a decisão agravada não merece  
qualquer reparo desde que exauriu toda a matéria posta à apreciação.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso.

É como voto.

*Adalberto de Oliveira Melo*

DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

RELATOR

A/cp